

INVASÃO DA PENÍNSULA IBÉRICA

Desde os finais do século VII que os árabes atacavam as costas do sul da península Ibérica. O conde D. Julião, governador visigodo de Ceuta, convida os muçulmanos a desembarcar na península, como forma de retaliação pelo facto da sua filha ter sido raptada pelo rei visigodo Rodrigo. Em julho de 710 o conde proporciona quatro barcas para que os muçulmanos desembarquem em Tarifa, num acto que serviria para a exploração do terreno. Em abril ou maio de 711, Tariq ibn Ziyad, um antigo escravo que se tinha tornado lugar-tenente do governador da Ifriqiya (uma província do império dos Omíadas, que corresponde à Tunísia), Musa Ibn Nusayr, atravessa o estreito que separa a África da Península Ibérica, e que a partir de então receberia o seu nome (Gibraltar, de Jabal al Tariq, "a montanha de Tariq"), com um exército constituído por árabes e berberes. Esta invasão resultou não só das ambições islâmicas, mas também da resposta a um apelo lançado por uma das facções visigodas, a dos partidários de Ágila, que eram opositores do rei visigodo Rodrigo.

Em julho do mesmo ano, o exército islâmico trava uma batalha decisiva com as tropas do rei Rodrigo num local tradicionalmente identificado pela historiografia como o rio Guadalete (Batalha de Guadalete), mas que alguns investigadores consideram ter ocorrido junto ao rio Barbate, e que saldaria na vitória das forças muçulmanas.



Rei Rodrigo

O rei Rodrigo desapareceu em combate; uma tradição cristã afirma que ele teria sido sepultado em Viseu. Tariq continuaria o seu avanço e conquistaria Toledo, capital do reino visigodo, onde passa o Inverno de 711. Por esta altura, o governador da Ifriqiya chega à península e censura Tariq pela ação da conquista. O califa omíada de Damasco, al-Walid, nada sabia sobre esta invasão. A chegada dos árabes e dos berberes foi saudada pelos judeus, que tinham sido perseguidos nas últimas décadas do reino visigodo.

As determinações de sucessivos concílios da Igreja peninsular tinham contribuído para a discriminação deste segmento populacional: o III Concílio de Toledo determinou o batismo forçado de crianças filhas de casamentos entre judeus e cristãos; o XVI proibiu os judeus de praticarem o comércio com cristãos, o que provocou a ruína de muitas famílias, e o XVII condenou-os à escravidão sob o pretexto de conspirarem, junto com os judeus do norte de África, para a queda do reino visigodo.

Muitos judeus abriram as portas das cidades para facilitarem o avanço das tropas islâmicas e ofereceram-se como guardas das cidades ao serviço dos novos senhores. A conquista islâmica da península seria efetuada num período de cinco anos por Tariq, Musa e Abd al-Aziz (filho de Musa). O território que corresponde ao que é hoje Portugal foi atingido pela expedição de Abd al-Aziz entre 714 e 716. Em 718 ocorreu a Batalha de Covadonga, durante a qual um grupo de cristãos refugiados nas Astúrias, liderados por Pelágio, derrotou os muçulmanos, o que os forçou a se retirarem da região cantábrica. As forças islâmicas levam a cabo várias expedições contra a Gália, mas são detidos em 732 em Poitiers pelo rei Carlos Martel. Até 756 o Al-Andalus teve vinte governadores dependentes de Damasco, tendo em Sevilha, e mais tarde em Córdoba, a sua capital.

A invasão islâmica da Península Ibérica, também referida como invasão muçulmana, conquista árabe ou expansão muçulmana, refere-se a uma série de deslocamentos militares e populacionais ocorridos a partir de 711, quando tropas islâmicas oriundas do Norte de África, sob o comando do general Tárique, cruzaram o estreito de Gibraltar, penetraram na península Ibérica, e venceu Rodrigo, o último rei dos Visigodos da Hispânia, na batalha de Guadalete. Após a vitória, termina o Reino Visigótico de Toledo. Nos séculos seguintes, os muçulmanos foram alargando as suas conquistas na península, assenhoreando-se do território designado em língua árabe como Al-Andalus, que governaram por quase oitocentos anos.

Curiosidade:

Estamos no séc. VII D.C. O caráter eletivo da monarquia visigótica que governava a Ibéria era motivo de guerras civis entre famílias e partidos rivais. O feudalismo da oligarquia militar e religiosa, de características germânicas e influenciada pela noção ariana de castas, tornava-se cada vez mais repressivo para o povo. No Concílio de Toledo (694) foi revelada uma conjura dos judeus espanhóis para derrubar a monarquia visigótica e a religião cristã. Inventada ou não, serviu de pretexto para a sua prisão e passagem à condição de escravos, com confisco das respectivas fortunas.

Os judeus espanhóis pedem, então, ajuda aos judeus do norte de África, em especial aos residentes na colônia de Ceuta. Embora o Islão estivesse já expandido no norte de África, Ceuta mantinha-se ligada a Bizâncio. Era seu governador o Conde Julião, inimigo dos visigodos e, em especial, do rei Rodrigo, por questões pessoais (a lenda fala do rapto de uma filha). Na Península a guerra civil alastrava. Com a morte de Vitiza, o rei eleito, Rodrigo, enfrentava uma revolta de grande parte da nobreza que queria ver no poder Agila, filho de Vitiza. É neste contexto que o Conde Julião, de Ceuta, é solicitado a conseguir o apoio dos Berberes à causa de Agila.

O Islão estava num momento de grande expansão. A monarquia visigótica agonizava. A chamada dos Berberes para ajudar a facção de Agila transportou, em navios fornecidos pelo Conde Julião, uma frota de mouros através das Colunas de Hércules. O nome do estreito passaria a chamar-se Gibraltar ("a montanha de Tarik") topônimo do chefe mouro Yaabal Tarik, governador de Tanger, que comandou as forças invasoras. O exército de Rodrigo foi completamente derrotado, sendo o triunfo berbere facilitado pelo apoio da oposição interna e por grupos de judeus descontentes.

Rapidamente o exército berbere ocupou Córdoba e Toledo (capital visigótica) e Sevilha acaba por cair após prolongado cerco. O objetivo deixou de ser o apoio a uma facção goda e passou a ser a conquista da Península. A zona que hoje é Portugal foi conquistada com facilidade. Os fugitivos romano-godos das Espanhas refugiaram-se nas Astúrias e Galiza, de onde partiria a reconquista.

Depois da conquista os cristãos submeteram-se com relativa facilidade. Não houve grande confrontação religiosa. O culto cristão manteve, sujeito a um tributo especial. Aliás, a doutrina corânica repele a imposição violenta da fé: "não façais violência aos homens por causa da fé" (sura II, 257).

Acresce que a conversão dava menos proveitos, pois os convertidos deixavam de pagar o tributo especial. Não houve, portanto, "guerra santa", apenas a mudança de senhorio que, aliás, foi bem vinda para as classes populares e camadas rurais oprimidas pelos senhores visigodos. A liberdade religiosa era total. Muitos mudaram; outros permaneceram na fé cristã.

Na região do Algarve ("ocidente" em árabe) a islamização foi quase total e no Alentejo também, deixando de haver referências aos bispados de Beja e de Évora. Só a parte de Portugal se manteve resistente. A cidade de Braga, por exemplo, as lutas foram violentas e acabaram por determinar a destruição da cidade. O poder nas zonas acima do Tejo oscilou muito e, principalmente, acima do Douro só esporadicamente era mouro.

Basicamente quem se opunha era a nobreza visigoda. Muitos nobres, porém chegaram a acordos territoriais e comerciais com os berberes. Outros se refugiaram nos Pirineus, nas Astúrias ou na Galiza. Daí partiria a reconquista

cristã da Península. Em 740 dá-se no norte de África uma revolta de tribos berberes que se apoderam de Tanger e vencem as tropas Sírias enviadas para dominar a sublevação. Esses reforços acabam por se transferir para o sul da Península (cerca de 7000 homens), tendo-lhes sido dadas terras. Em breve seriam uma aristocracia feudal que iria paulatinamente submeter os berberes das regiões mais a norte.

A este domínio islâmico da Península chamaram os árabes al-Andalus (ex-Bética; ex-Vandalícia) que, numa primeira fase dependia do Califado de Damasco (único califado do Islão) e os seus governadores dependiam diretamente do governador da Ifríquia, com sede na Tunísia. Na Península a capital foi primeiro, Sevilha, mas logo em 717 era já Córdoba. Em 756 o andaluz corta as amarras com Damasco, entretanto ocupada pelos Abássidas e torna-se primeiro um emirado omíada autónomo e depois um Califado independente, com Abd al-Raham III. A partir de 1080, porém, o califado desagrega-se por convulsões internas e é abolido. O poder passa ser exercido por chefes locais. São os Reinos das Taifas ("bandos").

Portugal, por coincidência ou fado, aproveita este momento e consegue a sua independência. Em 1143 Afonso Henriques auto-proclama-se rei. Em 1250 cai Silves, último bastião muçulmano no Algarve, sob o comando do exército de Afonso III. A Espanha teria de esperar pelos Reis Católicos, para em 1492 recuperar a autonomia.



Visigodos